

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.546 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2002

Ordem do dia do Senado será lida em braile

Os deficientes visuais poderão, a partir de 2003, ler a ordem do dia do Senado. Um exemplar em braile será colocado, diariamente, nas proximidades do Plenário, informando sobre os temas em votação. O Senado já publicou mais de 20 títulos em braile.

PÁGINA 2

Para Fogaça, voto obrigatório deve ser mantido

PÁGINA 4

Fazendeiro que utilizar trabalho escravo poderá perder a terra

Proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ademir Andrade determina que terras onde se utilize trabalho escravo sejam expropriadas sem o pagamento de indenização. Aprovada no Senado, a proposta se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

Plenário celebra o Dia do Maçom

O Dia do Maçom foi comemorado ontem em sessão especial do Senado, por requerimento de Mozarildo Cavalcanti. Além de senadores, estiveram presentes integrantes da Maçonaria de diversos estados brasileiros. Mozarildo destacou a atuação social das 5 mil lojas maçônicas de todo o país.

PÁGINA 3



Gerardo Magela

Autor do projeto, Ronaldo Cunha Lima quer garantir a redução das desigualdades regionais

CCJ examina critérios para definição de políticas regionais

PÁGINA 4



Roosevelt Pinheiro

Gilvam Borges: condutor que fuma e dirige ao mesmo tempo coloca em risco segurança do trânsito

Projeto proíbe motorista de fumar ao volante

PÁGINA 4



Gerardo Magela

As maiores autoridades da Maçonaria brasileira participam de sessão especial promovida pelo Senado

Curso do Mercosul mostra crise dos partidos na América Latina

PÁGINA 2

Curso discute crise da representação política

Dificuldades vividas pelos partidos e mecanismos de representatividade em todo o continente foram analisadas por professores e consultores legislativos em encontro promovido pelo Senado e Organização dos Estados Americanos

O IV Curso Regional Mercosul – “O Poder Legislativo na Democracia e na Integração” –, que se realiza no auditório do Interlegis, no Senado, com a participação de representantes de diversos países latino-americanos e do Canadá, tratou, nas palestras e debates de ontem, das crises vividas pelos partidos políticos e pelos mecanismos de representatividade no continente.

Ao estimular as discussões sobre esses temas, o professor David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB), lembrou que os partidos no

Brasil têm encontrado dificuldades até mesmo para elevar o número de mulheres na política, já que – lembrou – em 1998 os brasileiros elegeram menor número de mulheres do que em 1994. Segundo ele, os partidos não têm conseguido preencher as cotas destinadas legalmente a candidatas.

O tema do enfraquecimento dos partidos e da representatividade foi abordado também pelo professor Gerardo Caetano, da Universidad de la República, do Uruguai, pelo professor Eurico Mendoza, consultor

do Senado, e pelo consultor da Câmara dos Deputados Antonio Otávio Cintra.

A crise institucional que atinge os partidos, segundo o professor uruguaio, passa pelos cenários social e econômico, já que é muito grande, em toda a América Latina, o contingente populacional dos excluídos, que não têm quem os represente.

O IV Curso Regional Mercosul, promovido pelo Senado e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), prossegue hoje e termina sábado.



José Cruz

O IV Curso Regional Mercosul – “O Poder Legislativo na Democracia e na Integração” – vai se estender até sábado

Ordem do dia do Senado será acessível em braile

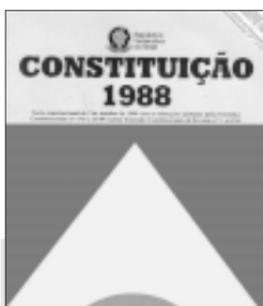
Os deficientes visuais poderão ler a ordem do dia do Senado Federal a partir do próximo ano. Um exemplar editado em braile deverá ser colocado, diariamente, à disposição desses cidadãos nas proximidades do Plenário, para que eles possam estar informados sobre os temas que serão votados na sessão.

O anúncio foi feito pelo diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Augusto Coutinho Madruga, um dos idealizadores do serviço especial de publicações aos portadores de deficiência visual, ini-

ciado em abril de 1998.

O primeiro título editado foi a Constituição federal, lançada em braile no dia 12 de agosto daquele ano. Com a tiragem de 500 exemplares esgotada, o Serviço de Publicações em Braile, vinculado à Secretaria Especial de Editoração e Publicações, deve reeditá-la no próximo ano.

São mais de 20 títulos publica-



Constituição foi o primeiro título publicado em braile pelo Senado

dos até agora, com o intuito de tornar acessíveis aos deficientes visuais brasileiros – cerca de 1,5 milhão de pessoas – as principais leis.

As tiragens são reduzidas, normalmente 100 exemplares para cada publicação, em função da própria limitação das máquinas impressoras. Para Madruga, as edições são enviadas às principais entidades que atendem os portadores de deficiência visual.

Idéia de atender deficientes visuais surgiu em 1988

A idéia de instituir no Senado um serviço apropriado para os portadores de deficiência visual começou a germinar durante a Constituinte de 1988. Naquela ocasião, Paulo Brandão, deficiente visual e atual coordenador do Serviço de Publicações em Braile, iniciou uma série de



Paulo Brandão conseguiu realizar seu sonho em 1997

conversas com os senadores e com os diretores da Casa. “As instituições especializadas passaram

a cobrar esse espaço de modo mais efetivo depois da Constituição”, lembra ele.

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília e funcionário do Senado desde 1983, Brandão conseguiu concretizar o sonho somente em 1997, ao lado de Florian Augusto Coutinho Madruga, atual diretor do ILB. Ele recorda que o

senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), então 1º secretário, decidiu implantar o projeto.

Atualmente são 550 entidades cadastradas pelo Senado, de um universo superior a mil. Brandão diz que a demanda está maior do que a capacidade de atendimento do maquinário e que, por essa razão, está entre os planos da Casa investir em novos equipamentos e pessoal. “Por enquanto, sou o único leitor em braile do Senado, o que dificulta agilizar a revisão dos textos”, lamenta Brandão.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão – 0800-661-2211 – e autorizando a publicação.

Davi de Henrique Segá, de Porto Alegre (RS), pergunta:

Por que os senadores não pressionam o governo para que remeta para esta Casa projeto de lei que aumente os salários de todas as categorias funcionais?

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) responde: O aumento salarial não cabe ao Senado Federal, ele é dado pelos governos federal, estadual e municipal. Mas há uma lei vigente, a Lei Camata, que limita o uso das receitas líquidas, tanto do governo federal quanto dos estados e municípios, para gastos com salários. E agora há também a Lei de Responsabilidade Fiscal, que penaliza o prefeito ou o governador que exceder esse limite.

Leonardo Machado, do Rio de Janeiro (RJ), sugere:

As empresas exigem experiência dos profissionais recém-formados. Quereria pedir aos senadores que ajudem os jovens a conseguir o primeiro emprego.

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) responde: Talvez seja uma interferência na atribuição da própria empresa de decidir quem deve ou não contratar. Mas no Piauí existe um projeto interessante, o programa “Meu primeiro emprego”, que cadastra empresas que querem receber jovens recém-formados. O contrato é de seis meses e, nesse período, os jovens se qualificam e as empresas recebem incentivos fiscais do estado. Após os seis meses, a pessoa pode ter a carteira assinada e experiência necessária à habilitação do seu primeiro emprego.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

HOMENAGEM À MAÇONARIA

Mozarildo destaca a presença dos maçons na história brasileira

O Senado comemorou ontem, com uma sessão especial, o Dia do Maçom, por requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Além de senadores, estiveram presentes integrantes da Maçonaria de vários estados brasileiros.

Foram convidados para compor a Mesa o grão-mestre geral do Grande Oriente do Brasil (GOB), Laelson Rodrigues, o grão-mestre geral das Grandes Lojas do Brasil, Edilcides Lino de Melo, e o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Gim Argelo. Na ocasião, o grão-mestre Laelson Rodrigues agraciou o senador Mozarildo Cavalcanti com o título de Benemérito da Ordem Maçônica.

Em seu discurso, Mozarildo disse que a data de 20 de agosto lembra o momento da fundação do Grande Oriente do Brasil, mediante a fusão das lojas Esperança, Comércio e Artes e União e Tranquilidade, em 1822. Seu primeiro grão-mestre foi o Patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva. Além da Independência, a ordem maçônica lutou pela abolição da escravatura e pela proclamação da República.

Segundo Mozarildo, as cerca de cinco mil lojas maçônicas existentes no Brasil se dedicam a obras sociais, como campanhas de vacinação e de natureza filantrópica, com a arrecadação e distribuição de alimentos e vestuário, além da manutenção de creches, escolas, centros de apoio a idosos e à realização de programas de combate às drogas.

Ele destacou que, durante reunião em Brasília, grãos-mestres da Maçonaria lançaram um manifesto à nação, chamado "Carta de Brasília", analisando os problemas nacionais e propondo soluções, inclusive cobrando mais atenção para a Amazônia, que corre sério risco de internacionalização, observou Mozarildo.

Em relação a Roraima e demais estados amazônicos, as ordens maçônicas locais reivindicam mais controle sobre a atuação das organizações não-governamentais (ONGs), combate à biopirataria, amparo financeiro às instituições de pesquisa e universidades da região e a regulamentação da Lei Fundiária para Roraima, respeitando-se o posicionamento de todas as comunidades envolvidas, afirmou Mozarildo.

Maguito cita a ordem maçônica como exemplo de nacionalismo

Ao referir-se à Maçonaria como uma instituição secular, que sempre desempenhou destacado papel na história do Brasil, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou a participação dessa sociedade na luta pela independência do país. Ele disse estar certo de que a



Maguito Vilela ressaltou o trabalho comunitário promovido pelos maçons

Maçonaria continuará fazendo de seu trabalho "um exemplo de nacionalismo e de preocupação com a pessoa humana".

Maguito observou que o principal motivo da criação do Grande Oriente do Brasil foi o de comprometer a Maçonaria na luta pela independência. O senador destacou a influência da entidade na constituição da nação brasileira, "o que faz dela uma das institui-

ções mais presentes em nosso cenário social".

Em sua opinião, essa presença é concretizada na permanente atuação de seus membros em atividades comunitárias, sempre seguindo os princípios fundamentais do amor fraterno, auxílio mú-

tuo, filantropia e constante busca da verdade. Entre os nomes relevantes que integraram a Maçonaria no país, Maguito destacou dom Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Morais, Campos Salles, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Washington Luiz e Rui Barbosa.



Autor da iniciativa da homenagem, Mozarildo Cavalcanti recebe do grão-mestre Laelson Rodrigues o título de Benemérito da Ordem Maçônica

Lindberg afirma que instituição tem grande papel nas eleições

Na homenagem prestada pelo transcurso do Dia do Maçom, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou ter "certeza absoluta que a Maçonaria prestou serviços relevantes em todos os períodos da nossa história". De acordo com o senador, a Maçonaria também tem um importante papel a desempenhar nas eleições deste ano, que é o de orientar o povo na escolha do voto, para que ele não seja desperdiçado. "O voto é uma arma muito importante", observou.

Lindberg, que disse não ser



Lindberg repudiou discriminação contra os membros da instituição

maçom, repudiou as discriminações sofridas pela Maçonaria e relatou que seu próprio batismo na Igreja Católica foi cancelado quando o padre soube que um dos padrinhos era maçom.

O senador ressaltou o intenso trabalho social desenvolvido e patrocinado pela Maçonaria nas suas milhares de lojas distribuídas por todo o país, especialmente na recuperação de usuários de drogas e na orientação educacional e espiritual.

Edison Lobão ressalta benefícios prestados ao longo de 180 anos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem, na sessão especial do Senado em comemoração ao Dia do Maçom, que os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade e a construção de uma sociedade justa nortearam a formação da Maçonaria.

— Foi sob a influência de tal sabedoria e espírito público, legada pelas mais puras personalidades do passado, que se criou, há 180 anos, o Grande Oriente do Brasil, fonte dos inumeráveis benefícios já prestados ao nosso país — observou o senador.



Lobão também se referiu à luta empreendida contra as ditaduras

Edison Lobão citou momentos da história em que foi marcante a participação da Maçonaria. "Na luta pela Independência; pela abolição da escravatura; pela instauração da República; no auxílio às vítimas das guerras; nos movimentos contra as ditaduras e pela redemocratização — em todas essas ações pontificaram as personalidades maçônicas", exemplificou.

Para o senador, os 180 anos da Maçonaria devem servir para que sejam propagados os ideais da instituição.

Mauro lembra compromisso com progresso e moral

O papel desempenhado pela Maçonaria em defesa dos fatos mais marcantes da história do país também foi destacado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), salientando que a instituição sempre defendeu os princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

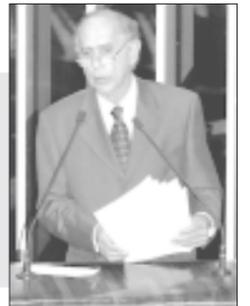
Depois de reportar-se às principais personalidades da história brasileira que foram maçons, ele fez questão de homenagear "especialmente aqueles muitos milhares de maçons espalhados pelas cidades de todo o Brasil que, desconhecidos do grande público, dedicam-se igualmente aos valores da liberdade, da fraternidade e da igualdade".

Segundo o senador por Goiás, a missão da Maçonaria é colaborar com o progresso moral, intelectual, científico e filosófico da Humanidade. Mauro informou que a instituição é formada por homens livres e retos que pautam seu comportamento pelos princípios da tolerância, da filantropia, da justiça e da busca da verdade.

A missão da Maçonaria no Brasil, de acordo com Mauro Miranda, é importante para os habitantes de milhares de municípios. Ele explicou que muitas atividades humanitárias são realizadas diariamente pelos maçons, entre elas o fornecimento de abrigo para idosos, atendimento a doentes, auxílio para os pobres, comida para os famintos e orientação aos jovens para que eles possam ter um melhor futuro.

— No meu estado, Goiás, o Grande Oriente local atua intensamente. São dez creches, dez escolas, sete abrigos para idosos, três abrigos para menores carentes, uma escola de corte e costura, um grupo escoteiro, um restaurante para carentes e uma instituição de assistência à mendicância com 250 adultos atendidos em parceria com a Grande Loja de Goiás — enumerou.

Geraldo Magela



Mauro Miranda elogiou assistência maçônica em Goiás

Trabalho escravo pode levar à perda da terra

Proposta de Ademir Andrade prevê a expropriação de fazenda que utiliza trabalho forçado, sem o pagamento de indenização

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou que brasileiros continuem trabalhando como escravos em algumas propriedades rurais do país. Ele é autor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, que determina a expropriação das terras em que se utilize trabalho escravo, sem o pagamento de indenização.

Segundo o senador, o trabalho forçado é prática no Pará e em algumas regiões da Amazônia, onde os cidadãos que trabalham nessas condições são obrigados a exercer sua atividade apenas por comida, permanecendo presos na propriedade por causa de débi-



Ademir lamenta que ainda exista esse tipo de exploração no meio rural brasileiro

tos. Por isso, acentuou Ademir, ele e parlamentares do próprio governo têm insistido na importância de ações do Executivo para evitar esse tipo de desrespeito ao trabalhador.

Conforme proposta do senador,

o governo federal poderá tomar as terras do responsável pelo trabalho forçado assim que for constatada a infração. Não haverá, portanto, a necessidade de instauração de inquérito.

De acordo com dados oficiais, são poucas as condenações para o crime de escravidão nos últimos anos, motivo para Ademir cobrar agilidade na aprovação da mudança constitucional. Somente no primeiro semestre deste ano foram registrados 1,9 mil casos de utilização de mão-de-obra escrava, o que representa um aumento de 50% em relação a 2001. No entanto, das 26 pessoas presas em flagrante pela Polícia Federal por essa infração, apenas três foram condenadas.

Benício elogia reajuste de consultas pagas pelo SUS

A decisão do Ministério da Saúde de aumentar em 196% o valor pago aos médicos pelas consultas no Sistema Único de Saúde (SUS) foi elogiada pelo senador Benício Sampaio (PPB-PI). Ele ressaltou que, desde 1996, não havia reajuste no valor repassado aos médicos, fixado em R\$ 2,55.

Com o reajuste, o valor pago pelas consultas subiu para R\$ 7,55. As consultas de urgência e emergência também foram reajustadas, passando de R\$ 3,16 para R\$ 8,16. O parlamentar, que é médico, avaliou que estados e municípios vão poder gastar menos para complementar o valor pago aos médicos pelas consultas e considerou o aumento um passo importante para o fortalecimento do SUS.

— Os valores eram irrisórios e continuam irrisórios, mas pelo menos houve boa vontade de majorá-los e isso pode melhorar o atendimento médico, na medida em que os profissionais são



Para Benício, aumento vai reduzir complementação paga pelos municípios

melhor remunerados e atendem melhor as pessoas — afirmou o senador.

Benício Sampaio também quer a ajuda do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para que os hospitais adquiram equipamentos novos. Para ele, se forem dispo-

nibilizados equipamentos e linhas de crédito mais acessíveis, os hospitais e unidades de saúde poderão se modernizar.

O parlamentar informou que está conversando com o governo federal e com os representantes da área médica de seu estado para tentar evitar o desaparecimento dos hospitais. Segundo o senador, os preços das novas tecnologias na área de saúde são proibitivos.

— O custo dos insumos tem crescido de maneira assustadora. Os produtos ligados ao dólar tiveram um crescimento exponencial. Mesmo os que tiveram o crescimento da inflação têm de arcar com o acumulado no período do Plano Real, que é de 179% — disse.



Gilvam: fumar prejudica concentração do condutor

Gilvam Borges quer proibir fumo ao volante

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou projeto de lei que modifica o Código de Trânsito Brasileiro para proibir que os condutores de veículos automotores fumem ao volante. Segundo Gilvam, o projeto baseia-se no entendimento de que o hábito de motoristas fumarem enquanto conduzem veículo é prejudicial à segurança do trânsito e, por isso, deve ser combatido por meio de proibição legal. A matéria está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para deliberação terminativa e conta com parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Em seu parecer, Péres afirma que, além de ocupar momentaneamente uma das mãos, o fumo traz também prejuízos à concentração do motorista. — É sabido que o cigarro tende naturalmente a distrair o fumante — afirmou.

Eleitor não está maduro para voto facultativo, diz Fogaça

O senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou, em entrevista à Agência Senado, que não concorda com o fim da obrigatoriedade do voto para as eleições gerais. Ele disse não estar certo de que o Brasil já tenha amadurecimento político para isso. O voto facultativo está previsto em proposta de emenda à



Fogaça concorda com voto facultativo apenas em plebiscito e referendo

Constituição do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que recebeu parecer favorável do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A mudança, mesmo que aprovada no Senado e na Câmara, não valeria para as eleições deste ano.

— Acho o voto facultativo bom, em princípio, mas para o momento político atual eu só concordaria com a adoção dessa possibilidade para dois tipos de processos eleitorais, o plebiscito e o referendo. Para as eleições gerais, eu não aplicaria o voto facultativo — disse Fogaça, lembrando que

o país só voltou a votar para presidente da República há pouco mais de uma década.

O senador lembrou que mudanças na legislação eleitoral devem sempre ser aprovadas até um ano antes do pleito para poderem valer. Portanto, qualquer mudança só será implementada para as eleições de 2004 se for aprovada até outubro de 2003, salientou Fogaça.

PESQUISA ELEITORAL

Sobre as pesquisas eleitorais, o senador elogiou a recente aprovação na CCJ, em caráter terminativo, de projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que torna mais rigorosa a punição para as empresas que divulgarem, às vésperas das eleições, pesquisas eleitorais com erros significativos em relação aos resultados da votação. Para Fogaça, se aprovada na Câmara, a medida irá inibir as pesquisas de opinião realizadas de forma incompetente.

Crítérios para políticas regionais devem ser analisados pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá examinar, ainda neste semestre, projeto de lei complementar do senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) que estabelece as orientações a serem seguidas pelo governo federal na definição das suas políticas regionais. A proposta regulamenta o art. 43 da Constituição, que trata das articulações da União voltadas para reduzir a desigualdade entre as regiões do país.

O texto apresentado pelo senador determina quais as regiões que poderão ser beneficiadas.

— Os programas regionais devem estar de acordo com as diretrizes e os objetivos do Plano Plurianual da União. Eles serão acompanhados de estudos de viabilidade que demonstrem sua sustentação econômica e financeira, além da definição de estratégias de desenvolvimento, atribuições de agentes envolvidos e cronograma de implantação.



Projeto de Ronaldo Cunha Lima visa reduzir desigualdades sociais

Elas devem registrar indicadores econômicos e sociais inferiores às médias nacionais, além de se caracterizarem por condições geoeconômicas e sociais semelhantes.

Os programas regionais devem estar de acordo com as diretrizes e os objetivos do Plano Plurianual da União. Eles serão acompanhados de estudos de viabilidade que demonstrem sua sustentação econômica e financeira, além da definição de estratégias de desenvolvimento, atribuições de agentes envolvidos e cronograma de implantação.

Luiz Pontes reassume cargo

Reassumiu o cargo, no último dia 17, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE). A vaga de Pontes vinha sendo ocupada pelo suplente Reginaldo Duarte (PSDB).